

Externa

134

No Senado já há consenso para aprovação

Givaldo Barbosa

Scheila Bernadete

Os principais líderes do Senado, que terão agora a responsabilidade de decidir sobre a viabilidade do acordo da dívida externa brasileira, demonstraram consenso na aprovação da matéria. Eles preferem aguardar, no entanto, os termos do entendimento firmado com os bancos credores, a ser enviado ao Congresso Nacional pelo Executivo. O parâmetro é a resolução do Senado, cujo ponto principal estabelece que o pagamento da dívida não poderá ser superior ao fluxo de reservas.

"É uma etapa importante da vida econômica do País, mas precisamos analisar se o acordo respeita as diretrizes definidas pelo Senado", disse ontem o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso. A maior preocupação do líder tucano é com relação ao pagamento feito através de bônus e às justificativas apresentadas para a redução da dívida em 35%. Ele revelou que o acordo feito com o México pelos credores internacionais previa a compra destes bônus do Tesouro norte-americano, o que caracteriza uma "perigosa dependência".

Cardoso ressaltou a participação do Senado nas negociações da dívida externa, há mais de um ano, e, por esta razão, prefere não acreditar em mudança dos aspectos acordados anteriormente. A mesma posição tem o senador Ronan Tito (PMDB-MG), que foi o relator da matéria sobre o pagamento dos juros da dívida na Comissão de Assuntos Econômicos, no início deste ano: "Não creio em dificuldades, porque as jogadas já foram ensaiadas aqui", afirmou. Ele disse acreditar que a resolução do Senado não representará qualquer empecilho à proposta, "porque todo o tempo em que nos encontramos com o negociador da dívida, Pedro Malan, ressaltamos estas diretrizes para que o Governo não criasse obstáculos durante a votação posterior".

Sobrevida

O líder do PDS, senador Esperidião Amim, também disse achar que a aprovação do acordo no Senado não será polêmica "porque o Governo agiu com transparência e muita competência". Para o ex-governador de Santa Catarina, "além de permitir ao Executivo

uma sobrevida", o entendimento mereceu aplausos até dos opositores: "Foi bom para o Governo e para o País". O líder do bloco governista, senador Marco Maciel anunciou que o próximo passo será uma ampla mobilização nacional para o melhoramento da situação interna do País. "O objetivo agora é aprovar o ajuste fiscal, já que criamos condições excepcionais de investimento, o que deverá resultar em taxas significativas de crescimento econômico para 93".

O vice-líder peemedebista, senador José Fogaça, também aposta no crescimento econômico e em uma rápida tramitação da matéria no Senado. "Como obtivemos praticamente 15% de redução da nossa dívida, é fácil prever que os capitais retornem ao País", justificou.

Antes de ir a plenário, a proposta do acordo terá que passar pela Comissão de Assuntos Econômicos, possivelmente no início de agosto, conforme previsão dos líderes. Se for aprovada no Senado, os bancos internacionais ainda terão 120 dias de prazo para aderir ao acordo, que só será sacramentado quando obtiver 95% de adesão.



Para Fernando Henrique, primeiro devem ser analisadas as diretrizes do Senado para o pagamento.